

A PALESTINA APÓS A VITÓRIA DO HAMAS

Maria do Céu Pinto

UMA VITÓRIA ESPERADA

As eleições para o Conselho Legislativo Palestino tiveram um resultado esperado – tendo em conta a vitória do Hamas nas anteriores eleições autárquicas (municipais) –, mas que foi um balde de água fria para Israel e para a comunidade internacional, deixando-os em terreno novo e numa posição incómoda. Mahmoud Abbas¹, o actual presidente da Autoridade Palestino pode passar à história como o «Chadli Benjedid palestino»: uma referência não muito lisonjeira ao Presidente argelino que, em 1991, tomou a decisão de legalizar os islamitas da Frente Islâmica de Salvação e deixá-los participar nas eleições que depois acabaram por vencer – pelo menos até ao golpe militar que abortou o desfecho do processo eleitoral, dando início à guerra civil que causou 200 mil mortos e ainda não cessou.

A aposta de Abbas tinha os seus riscos: muitos palestinos denunciaram o acordo com o Hamas que lhe permitiu tornar-se um actor legítimo, a par com a Fatah, entrando no jogo eleitoral. Em Março do ano passado, a liderança palestina e representantes de 13 organizações políticas assinaram a Declaração do Cairo, mediante a qual se comprometiam a respeitar um período de calma ou cessar-fogo (*tahdi'a*) até ao final de 2005 e a Autoridade Palestino (AP) se empenhava na realização de eleições locais e legislativas. A vitória do Hamas inicia assim um novo capítulo na história, não só da Palestina, mas de todo o Médio Oriente. A sua vitória constituirá uma experiência, um ensaio da verdadeira agenda e intenções dos islamitas. Trata-se de um facto novo mas inevitável, tendo em conta que os ventos da história parecem soprar a favor dos islamitas, não só na Palestina, como noutros países: basta atentar nas posições fortes que os islamitas têm vindo a conquistar em Marrocos, no Egipto, na Arábia Saudita, no Kuwait e no Iémen.

Para já, as eleições do Hamas geraram uma situação de impasse, difícil de ultrapassar. Israel e o Quarteto para o Médio Oriente (EUA, ONU, UE e Rússia) fizeram uma frente comum, estabelecendo as seguintes condições para o diálogo com o Hamas: 1) o reconhecimento de Israel; 2) a aceitação dos acordos israelo-palestinos previamente assinados pela AP; 3) a cessação da violência. A recusa do Hamas em aceitar estes

pressupostos fez que os EUA, a UE e Israel avançassem com o bloqueio da transferência de fundos e da ajuda internacional.

O HAMAS E A ORGANIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP): DA RIVALIDADE À ASCENSÃO AO PODER

O Hamas, desde a sua fundação, em 1987, afirmou-se como estrutura alternativa à rival OLP de Arafat. O endurecimento da sua posição face à Fatah deu-se com a aprovação dos Acordos de Oslo (1993) que empossaram a Autoridade Palestiniana e conferiram legitimidade internacional à OLP, enquanto única representante do povo palestino. O plano de paz obrigou ao reconhecimento da solução dois estados (Palestina e Israel), o que implica o fim da ideia da reconstituição da «Palestina histórica» (isto é, Israel, Cisjordânia e a Faixa de Gaza). Com a adopção deste plano e da solução (controversa em muitos sectores) nele apresentada para a solução do conflito israelo-palestino, a OLP ganhou o reconhecimento internacional e o estatuto de efectiva autoridade governativa. Neste cenário, o Hamas passou a constituir a única alternativa política à Fatah que, com o passar dos anos e o impasse gerado no conflito, passou a ser vista como crescentemente submetida aos interesses «sionistas ocidentais». Com a sua ideologia islamita, o Hamas manteve as suas credenciais impecáveis enquanto instrumento da libertação da Palestina e de glorificação do Islão.

A demarcação do Hamas face à OLP acentuou-se devido essencialmente a três factores. Primeiro, a partir de 1994, a OLP passou a monopolizar o aparelho da Autoridade Palestiniana de tal forma que o «Estado» se confundia com Arafat e a sua clique. Tal ameaçava o Hamas, o qual, para todos os efeitos, tinha desempenhado um papel capital na Intifada entre 1987-1993. Arafat e a Fatah dominavam as instituições palestinianas, excluindo rivais e aliados do processo de decisão e do acesso aos recursos. Após os Acordos de Oslo, o fosso entre o Hamas e a OLP continua a crescer: para sabotar a legitimidade de Arafat, o Hamas insiste no argumento de que o Acordo de Oslo e as instituições por ele criadas são ilegítimas. Paralelamente, o Hamas exigia a realização de eleições autárquicas (municipais), dizendo que se tratava de um processo político que ficava fora da lógica de Oslo, e portanto legítimo. Arafat recusou-se por estar consciente que a popularidade do movimento na Margem Ocidental e Faixa de Gaza levaria seguramente à sua vitória. O Hamas boicotou as eleições presidenciais e legislativas de 1996 organizadas pela AP e retomou a campanha de violência. As tensões cresceram quando o Hamas, após o massacre provocado pelo judeu Baruch Goldstein, em 1994, na Mesquita de Abraão, decidiu usar ataques suicidas contra alvos eminentemente civis em Israel. Efectivamente, a campanha de ataques suicidas visava não só atingir Israel, como enfraquecer a OLP.

O início da II Intifada em Setembro de 2000 levou a uma aproximação dos dois movimentos. A Intifada recebeu a bênção de um Yasser Arafat desiludido pelo falhanço da Cimeira de Camp David de Julho de 2000. Arafat ordenou aos seus serviços de segurança

que libertassem a maioria dos militantes do Hamas e da Jihad Islâmica – muitos dos quais eram terroristas condenados. O Hamas foi convidado a integrar o corpo governativo da AP, convite que aquele rejeitou. Contudo, a Fatah e o Hamas começaram a coordenar as suas acções no campo terrorista. Foi com o início da II Intifada que a Fatah criou as Brigadas dos Mártires de al-Aqsa. A infra-estrutura, fundos e liderança das Brigadas provinham da Fatah Tanzim². A Fatah Tanzim e os Mártires de al-Aqsa foram responsáveis por centenas de ataques terroristas contra civis israelitas. As autoridades israelitas acreditam que os grupos ligados à Fatah levaram a cabo ou estiveram envolvidos na preparação de mais de dois mil ataques. As Brigadas dos Mártires de al-Aqsa estiveram implicadas na maioria destes ataques.

A realidade da II Intifada, o isolamento internacional de Arafat e a dureza da resposta israelita propiciaram assim uma aproximação ao seu tradicional rival, o Hamas. Confrontados com um inimigo comum, os interesses e o discurso (terminologia religiosa e nacionalista) dos dois grupos começaram a assemelhar-se. Nesta aproximação é também de ter em conta o facto de a liderança do Hamas e das novas gerações da Fatah terem crescido juntas, partilhando experiências semelhantes de vida sob a ocupação e, com frequência, as mesmas prisões³. A repressão israelita após a II Intifada enfraqueceu a Fatah e tornou claro que esta precisava da colaboração do Hamas. Num dos seus últimos actos, Arafat, a 5 de Maio de 2004, e possivelmente sem medir o alcance da sua decisão, decretou que o primeiro round das eleições autárquicas – adiadas desde 1996 – teria lugar a 23 de Dezembro de 2004⁴.

O ano de 2005 foi um ano de decisões históricas do Hamas: 1) a 12 de Março, declarou que participaria em eleições do Conselho Legislativo Palestino (revertendo a política de abster-se de participar nas instituições da AP pós-Oslo); 2) a 17 de Março, juntamente com outros grupos, comprometeu-se a respeitar uma trégua até ao final do ano (Declaração do Cairo); 3) acordou em iniciar negociações para integrar a OLP, a «única representante» (nas suas palavras) dos palestinianos, dentro e fora dos territórios ocupados; 4) em Abril, o seu líder, Mahmoud al-Zahar, anunciou que se o Hamas fizesse parte da AP, aceitaria negociar com Israel (Estado que o Hamas oficialmente se recusa a reconhecer)⁵.

A reviravolta na estratégia do Hamas tem a ver com a situação internacional no pós-11 de Setembro e com o *status quo* da resistência palestiniana face a Israel. Desde logo, é importante ter em conta a intervenção armada dos EUA no Afeganistão e no Iraque. Estas intervenções vieram assinalar uma nova determinação de Washington de enfrentar o terrorismo no Médio Oriente. O Hamas quis demarcar-se do terrorismo da Al-Qaida e do programa da Jihad Global de bin Laden. Em Junho de 2003 – dois meses após a invasão do Iraque –, o movimento concordou com um cessar-fogo unilateral

A REVIRAVOLTA NA ESTRATÉGIA DO HAMAS
TEM A VER COM A SITUAÇÃO INTERNACIONAL
NO PÓS-11 DE SETEMBRO.
O HAMAS QUIS DEMARCAR-SE DO TERRORISMO
DA AL-QAIDA E DO PROGRAMA DA JIHAD GLOBAL
DE BIN LADEN.

negociado pelo então primeiro-ministro, Mahmoud Abbas. Este cessar-fogo contou com o apoio unânime, ao contrário de outros anteriores, da liderança do Hamas em Gaza e no exterior, isto é, em Damasco.

O segundo factor da conjuntura que explica a mudança de rota do Hamas prende-se com a ofensiva militar que Israel lançou contra o movimento, especialmente os assassinatos da liderança militar e política do grupo. Nos sete meses que se seguiram ao colapso do referido cessar-fogo, Israel eliminou a cúpula do movimento, incluindo o xeque Ahmed Yassin e o líder do Hamas em Gaza, Rantissi. Estes ataques foram complementados por uma política de sanções diplomáticas e financeiras. Em Agosto de 2003, a AP congelou as contas em Gaza. Os EUA e a Inglaterra também colaboraram no bloqueio das receitas do Hamas, o que deixou o grupo numa situação de grave aperto financeiro. Em Outubro de 2003, a UE colocou o Hamas na sua lista de grupos terroristas.

O terceiro acontecimento foi a declaração de Ariel Sharon de, na ausência de um «parceiro» e de um processo de paz, retirar unilateralmente as tropas israelitas da Faixa de Gaza e de quatro colonatos da Margem Ocidental. A retirada de Gaza foi explorada pelo movimento como o fruto da sua resistência tenaz face a Israel. O Hamas entendeu que tinha chegado a altura para traduzir em dividendos políticos a popularidade do movimento nas ruas. Efectivamente, nas eleições autárquicas de finais de 2004 e de 2005, o Hamas ganhou importantes câmaras na Faixa de Gaza e na Margem Ocidental⁶.

A VITÓRIA DO HAMAS: QUAL É O SEU SIGNIFICADO?

A vitória do Hamas representa, sobretudo, a incapacidade da liderança do falecido Arafat em ir ao encontro às aspirações do seu povo. Com a criação da Autoridade Palestina e a institucionalização de Arafat enquanto legítimo representante do povo palestino, a elite governativa «esqueceu-se» da frente da administração interna, da sua população e das necessidades mais básicas desta (trabalho, saúde e educação). Deu prioridade à frente diplomática e ao entendimento com o Estado de Israel e com as potências ocidentais. Por sua vez, o Hamas, desde 1994, foi progressivamente substituindo o «Estado» e provendo às necessidades das populações em bens e serviços sociais. Como aponta o relatório do International Crisis Group⁷, foi graças à demissão da OLP/AP das suas funções de garante da sobrevivência do seu povo que o Hamas se aproveitou para ocupar o «vazio» no funcionamento da autoridade formalmente encarregue de governar os territórios ocupados.

Consequentemente, o Hamas venceu face à falta de capacidade da AP em assegurar os bens e serviços essenciais e a própria segurança das populações face às investidas israelitas nos territórios ocupados. A vitória do Hamas deve-se também à excessiva preocupação do Quarteto com a questão da divisão/partilha da Palestina, esquecendo a construção interna de um Estado organizado e capaz de assegurar as necessidades dos palestinianos.

Por outro lado, o Hamas conseguiu fazer uma transição suave da velha para a nova liderança⁸, ao contrário da Fatah, envolvida numa difícil gestão entre a velha guarda (que veio com Arafat do exílio e domina o aparelho) e a nova guarda (os que fizeram as Intifadas e que agora querem estar na liderança). A desunião levou à apresentação de duas listas às legislativas (Fatah e al-Mustaqbal), que entretanto foram fundidas, após o alarme semeado nas hostes da Fatah com a vitória do Hamas nas eleições locais.

A II Intifada, em curso desde 2000, protagonizada pelas organizações islamitas, como a Jihad Islâmica e o Hamas, fragilizou a autoridade de Arafat e da própria Fatah enquanto principal organização responsável pelo processo de paz com Israel. O processo de paz foi apresentado por aquelas organizações como uma pura e simples rendição face a Israel. Desde a morte do líder histórico da AP, Yasser Arafat, que a Fatah se encontra em crise de liderança. Desde a fundação da Fatah e da OLP, Arafat foi a grande referência da resistência palestina face à ocupação de Israel. Com a aprovação dos Acordos de Oslo e a «legalização» de Arafat como líder do povo palestino, a AP reflectia a própria personalidade do seu líder carismático, assemelhando-se a um regime «ditatorial» de cunho personalista. Com a sua morte e a eleição de Mahmoud Abbas como seu sucessor, abre-se um novo capítulo na turbulenta história do processo de paz do Médio Oriente. A partir de 2005, o grande objectivo de Mahmoud Abbas para o seu mandato concentrar-se-á na obtenção de um cessar-fogo, no restabelecimento das relações diplomáticas com Israel e no cumprimento do Roteiro para a Paz («Roadmap»). Para conseguir assegurar estas condições, a nível interno, Mahmoud Abbas apostou na entrada do Hamas no processo político e consequente renúncia deste à luta armada e ao reconhecimento da solução de dois estados. Abbas acabou, voluntariamente ou não, por relegar para segundo plano a governação interna dos territórios.

Por outro lado, a exigência de reformas por parte da jovem geração de dirigentes políticos da Fatah (como o líder das Brigadas dos Mártires de al-Aqsa, actualmente na prisão, Marwan Barghouti e Mohammed Dahlan, responsável pela segurança da AP) embateu no imobilismo de Arafat e da sua «velha guarda», que perpetuavam uma oligarquia política no aparelho do Estado, implicada, por seu turno, em esquemas de corrupção⁹. Neste sentido, a oligarquia «arafatiana» em vez de garantir a estabilidade da própria AP e do embrionário Estado caiu num conjunto de excessos e de arbitrariedades, o que danificou gravemente a sua imagem diante da opinião pública palestina. Todavia, a fragmentação da própria Fatah entre os moderados (como Abbas) e os ortodoxos (como Arafat) conduziu ao questionamento da liderança política, vista como corrupta, incompetente e subordinada às imposições de Israel e do Ocidente. O resultado deste afastamento entre governantes e governados teve resultados práticos na esmagadora vitória do Hamas nas eleições locais e nacionais

AS DIVISÕES INTERNAS NA FATAH REVERTERAM
A FAVOR DO HAMAS, QUE TEM, ALÉM DISSO,
UMA ABORDAGEM MAIS PRAGMÁTICA
CONCENTRANDO-SE NAS DIFICULDADES
DO DIA-A-DIA DOS PALESTINIANOS.

(2004-2005 e 2006, respectivamente) e na perda de importantes bastiões da Fatah, como a cidade de Nablus. Mesmo na sede («capital») da AP, Ramallah, o Hamas atingiu a paridade em termos de votação.

As divisões internas na Fatah reverteram a favor do Hamas, que tem, além disso, uma abordagem mais pragmática concentrando-se nas dificuldades do dia-a-dia dos palestinianos. Há um sentimento de desapontamento em relação a Abbas, o Presidente da AP. Um membro das Brigadas dos Mártires de al-Aqsa em Nablus descreveu-o como «um fraco que não teve força para cumprir os seus compromissos, um presidente que não existe»¹⁰.

Com a retumbante vitória do Hamas para o Conselho Legislativo Palestino põe-se a questão do futuro relacionamento entre a Presidência da AP (dominada pela Fatah) e o Parlamento Palestino (dominado pelo Hamas). Neste novo cenário, que faz emergir um novo sistema político onde a Fatah deixa de possuir o monopólio do poder, a Fatah recusou-se a estabelecer qualquer tipo de plataforma de entendimento com o Hamas. Não aceitou, aliás, participar no novo governo ao lado do movimento. O Hamas gostaria de não ter assumido o governo sozinho dada a sua falta de traquejo político. A coligação com a Fatah ter-lhe-ia permitido dividir responsabilidades, especialmente por eventuais falhanços.

Estas circunstâncias fazem adivinhar um futuro conflito institucional entre a Presidência e o Parlamento¹¹, que poderá eventualmente degenerar numa guerra civil, no fim do processo de paz e no reinício das hostilidades com Israel. Para além do mais, no conflito poderia marcar a entrada dos outros movimentos radicais islâmicos palestinianos, desestabilizando assim a Palestina e países vizinhos e materializando um cenário de confronto do tipo «guerra de civilizações».

Antecipando futuros conflitos com o governo do Hamas, a Fatah e Mahmoud Abbas optaram, no período que antecedeu a formação do governo, por limitar os poderes do novo executivo. Os deputados da Fatah decidiram mudar as regras do jogo dando ao Presidente da AP o direito de veto sobre as decisões do Conselho Legislativo Palestino, onde o Hamas dispõe de confortável maioria. Abbas assumiu o controlo directo dos três serviços de segurança criados por Arafat, da rádio e da TV. A criação de um regime super-

presidencialista limita assim a margem de manobra do governo do Hamas.

As divergências entre a AP e o Hamas originaram uma série de confrontos entre as forças da Fatah e militantes do Hamas, dos quais resultaram já vários mortos. O Presidente da AP tem sublinhado a sua frustração

ANTECIPANDO FUTUROS CONFLITOS
COM O GOVERNO DO HAMAS, A FATAH E MAHMOUD
ABBAS OPTARAM, NO PERÍODO QUE ANTECEDEU
A FORMAÇÃO DO GOVERNO, POR LIMITAR
OS PODERES DO NOVO EXECUTIVO.

pelo facto de o Hamas não ter aceite as condições que o Quarteto delineou para poder negociar com o Hamas. Em Abril, Mahmoud Abbas ameaçou dissolver o governo: «A Constituição confere-me autoridade clara e última para destituir o governo, mas eu não quero usar esse poder. Todos devem saber que, por lei, este poder está nas minhas

mãos.»¹² A principal preocupação do Presidente da AP é que a política anti-israelita do Hamas tenha sérias consequências para a população: como o corte das remessas financeiras que Israel pôs em prática logo após a vitória do Hamas. Abbas acha, essencialmente por razões pragmáticas, que o Hamas deve negociar com Israel se quiser evitar mergulhar os palestinianos num descalabro financeiro: «O Hamas tem de lidar com os factos e estabelecer comunicação com Israel. Estou preocupado que a situação degenerem em tragédia no futuro próximo. Podemos no prazo de pouco tempo ter de fazer face a uma situação de fome generalizada na Palestina.»¹³ Mahmoud Abbas disse mesmo que se o Hamas manter a recusa de negociar com Israel, poderá ele próprio avançar com uma proposta de acordo que submeterá directamente ao povo palestiniano através de referendo¹⁴.

O HAMAS NO PODER: A SUA ACTUAÇÃO À FRENTE DAS AUTARQUIAS

Para avaliar o actual Hamas, é importante ter em conta a forma como se tem vindo a comportar na gestão dos municípios que conquistou nas eleições locais que tiveram lugar em vários rounds, entre Dezembro de 2004 e Dezembro de 2005. A sua actuação tem, no geral, sido pautada pelo pragmatismo: confrontado com a necessidade de lidar no seu dia-a-dia com a potência ocupante, os membros do Hamas têm mantido contactos com os israelitas quando se trata de resolver problemas práticos dos seus municípios. Tem mesmo havido contactos directos com as autoridades israelitas quando a boa gestão das câmaras assim o exige (serviços de transportes, recolha de lixos, mobilidade dos trabalhadores, assistência ambulatoria, fornecimento de electricidade e de água). Portanto, a gestão da «coisa pública» e o pragmatismo político obrigaram as edilidades a optar por compromissos pontuais com Israel¹⁵.

A retirada progressiva da AP e da Fatah dos territórios ocupados, a imposição de condições excessivas pelos israelitas após a II Intifada (como por exemplo a suspensão de passagem de e para Israel e o congelamento das remessas internacionais conducentes à assistência social aos palestinianos) facilitaram a consolidação política do Hamas como alternativa à AP. Estas circunstâncias permitiram que o Hamas concentrasse as suas forças na agenda social, o que garantiu a solidificação de uma rede de apoio fortíssima, entre uma população maioritariamente pobre, desempregada e sem grandes perspectivas de futuro. O Hamas, conjuntamente com as organizações islâmicas de assistência social e os líderes religiosos, enquadraram, do ponto de vista profissional e ideológico, os milhares de jovens desempregados dos territórios ocupados.

Os discursos proferidos pelo Hamas indicam que as suas prioridades se concentram em matérias como a boa governação, o desenvolvimento económico, a assistência social e a segurança, e não em assuntos do teor ideológico ou religioso. Ao agir assim, o Hamas vai ao encontro do sentimento das populações, mesmo das que votaram neles.

Para já, o objectivo de implementação da Sharia (lei islâmica, baseada no Alcorão e na Sunna do Profeta) parece ter sido adiado. No programa da sua campanha eleitoral, o Hamas defendia a adopção da Sharia como base da legislação. Em comícios do Hamas em que participa-

vam apenas homens, os islamitas defendiam a separação de sexos nas universidades, e a revisão dos currículos escolares, para expurgá-los dos elementos «ocidentais». Também apelaram à demolição do casino de Jericó e à separação dos sexos nos cafés¹⁶.

Para já, os municípios dominados pelo Hamas têm procurado viver em harmonia com os restantes credos religiosos. Exemplo disso é a autorização de abertura de restaurantes com consumo de bebidas alcoólicas, no período do Ramadão, na cidade de Belém, importante centro de peregrinação de cristãos¹⁷. No contexto dessa mesma edilidade, o Hamas decidiu não romper o *status quo* estabelecido, que atribui a presidência da câmara a um cristão católico, não obstante o facto de estes se terem tornado numa minoria religiosa.

Todavia, em outras localidades dominadas pelo Hamas a mesma tolerância e o espírito de diálogo estão ausentes, designadamente na cidade de Qalqilya, onde a edilidade recusou autorizar a celebração de um festival de música (patrocinado pela AP) devido ao seu carácter «ocidental». O mufti daquela cidade considerou esse mesmo evento como contrário à *Sharia*¹⁸. Na mesma linha, as funcionárias camarárias nas cidades controladas pelo Hamas usam o véu (se bem que não se percebe se tal realidade se deve a uma imposição ou é uma opção individual).

Por outro lado, o recente decreto presidencial que obriga, em algumas comunidades onde coexistem cristãos e muçulmanos, que o presidente da edilidade seja um cristão e que sejam respeitadas determinadas quotas (Belém, Ramallah, Beit Jala, Zababdeh, Abboud, Jifna, Bir Zeit, Beit Sahur) é contestado pelo Hamas, que vê nesta medida uma tentativa deliberada da AP de usar os cristãos para delimitar a influência islâmica e reter o poder nas cidades da Cisjórdania.

QUAL A AGENDA DO HAMAS?

Mas quem é este Hamas que ganhou as eleições? É o Hamas que afirma não abdicar da luta armada; que «a terra da Palestina é um *waqf* (domínio) islâmico para as gerações de muçulmanos até ao dia do julgamento»¹⁹ e que a questão palestiniana só pode ser resolvida por intermédio da *jihād*? Ou está o Hamas em evolução e a enveredar pelo trilho da OLP que, de grupo terrorista, passou a respeitado actor político? A realidade é que, embora o movimento esteja formalmente comprometido com a «criação de um Estado islâmico na Palestina histórica» (isto é, todo o Israel), há indícios de que tem vindo a abandonar algum do seu dogmatismo. Para todos os efeitos a decisão de Mahmoud Abbas de fazer entrar o Hamas no processo político formal fez dele um interlocutor do processo de paz no Médio Oriente, o que garante a sua sobrevivência política e o seu reconhecimento por parte da comunidade internacional. Como é de conhecimento público, Israel não aceita a presença do Hamas nos órgãos de representação política palestinianos, dada a responsabilidade deste por múltiplos ataques suicidas no seu território (mais de 50), dos quais resultaram 300 mortos²⁰.

Contudo, as relações entre os islamitas e o Estado hebraico nem sempre se pautaram pela hostilidade. No período compreendido entre 1967 e o início da I Intifada (1987), Israel usou o Hamas para minar a legitimidade da Fatah de Arafat e dos grupos palesti-

nianos de esquerda. Mesmo antes da criação do Hamas propriamente dito (1987-1988), Israel permitiu ao xeque Ahmad Yassin registar a Assembleia Islâmica, um ramo da Irmandade Muçulmana²¹. Nesta fase, o Hamas era considerado um interlocutor legítimo por Israel, enquanto que a OLP era vista como uma organização terrorista.

Todavia, à medida que o Hamas reforçava o seu poder e a sua militância marcadamente islamita, Israel exclui o Hamas do processo de paz e converge na direcção da OLP, entretanto «desradicalizada» no contexto de Oslo (1993). Portanto, é no período-chave de 1993-1994 que o Hamas se encontra na mesma situação que a OLP antes de Oslo (isto é, organização clandestina e terrorista). Com a marginalização do Hamas do processo político, este vai construir, na marginalidade, uma extensa rede de apoio social e consolidar-se junto dos palestinianos. Após Oslo, o Hamas passa a simbolizar a bandeira «genuína» da libertação palestiniana.

A adopção de cessar-fogo de 2005 baseado no princípio da trégua – *tahdi'a* (com a reserva de ripostar somente quando os israelitas alvejassem centros de população palestiniana e, em especial, os quadros do movimento)²² transformou o Hamas, até certo grau, num actor previsível no conflito israelo-palestiniano (ao contrário da Fatah, marcada por uma crise identitária e geracional). O próprio líder do grupo, assassinado em 2004, xeque Ahmed Yassin, admitiu que «embora o projecto ideológico do Hamas seja recuperar a Palestina no seu todo, está pronto a aceitar soluções temporárias baseadas na cessação mútua das hostilidades e na retirada completa de Israel dos territórios ocupados na guerra de 1967»²³.

As declarações dos líderes apontavam assim para o abandono da doutrina oficial, com as suas exigências maximalistas, e a aceitação de uma solução de compromisso: a criação de um Estado palestiniano após a retirada israelita de Gaza, da Margem Ocidental e de Jerusalém Oriental. Além disso, em declarações no período que antecederam as eleições, os líderes do Hamas não puseram de parte a hipótese de alterar a sua Carta (tal como o fez a OLP após a assinatura dos Acordos de Oslo). O líder do movimento, Mahmoud al-Zahar, afirmou que «a Carta não é o Alcorão»²⁴. A possibilidade de o Hamas negociar com Israel foi abertamente admitida. O mesmo al-Zahar, conhecido pela sua linha dura, afirmou que, se a organização se tornasse «parte do governo, participaria em negociações com Israel»²⁵. Existem portanto crescentes indícios que, na última década, o Hamas tem vindo a diluir o seu maximalismo ideológico com pragmatismo político. O que esta evolução sugere é que o Hamas poderá estar preparado para tolerar a solução de dois estados na «Palestina histórica», embora impondo condições mais duras a Israel do que a OLP. O Hamas poderá não satisfazer as exigências impostas pela comunidade internacional, mas poderá eventualmente ir ao encontro do espírito das mesmas mantendo a trégua e colocando Abbas

O HAMAS PODERÁ NÃO SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL, MAS PODERÁ EVENTUALMENTE IR AO ENCONTRO DO ESPÍRITO DAS MESMAS MANTENDO A TRÉGUA E COLOCANDO ABBAS A NEGOCIAR.

a negociar: por outras palavras, o Hamas não negociará directamente com Israel, mas permitirá que o Presidente da AP prossiga o diálogo.

Contudo, o Hamas está dividido em diversas facções, algumas delas não renunciando à continuação da luta armada²⁶. Aliás, o novo governo saído das eleições confirma esta realidade, dado que é composto por pragmáticos (Ismail Haniyeh, primeiro-ministro) e radicais (Mahmoud al-Zahar, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Said Seyam, ministro do Interior). Portanto, o próprio Governo da Palestina não está imune às inge-rências da ala radical do movimento. Exemplo disso são declarações como as do minist-ro do Interior que exprimiu a vontade de não «deter qualquer palestino que leve a cabo ataques contra Israel»²⁷, e do próprio primeiro-ministro que se recusa reconhecer o Estado hebraico.

As chefias do Hamas, como Usama Hamdan (chefe da representação «diplomática» do Hamas no Líbano) e al-Zahar apesar de considerarem ser possível uma solução interina de paz, mantêm elementos de ortodoxia, designadamente na insistência de que Jerusalém seja a futura capital do Estado palestino, na libertação de prisioneiros políticos, no regresso dos refugiados e na recusa em entregar as armas, mantendo assim uma infra-estrutura militar clandestina independente da Autoridade Palestiniana²⁸.

De facto, algum do optimismo inicial dos analistas relativamente a uma possível mudança do Hamas, tem vindo a dissipar-se com a passagem do tempo e os sinais de inflexibilidade. O Hamas permanece formalmente comprometido com a destruição de Israel, cuja legitimidade rejeita. Em rigor, a base fundadora do Hamas reside no não-reconhecimento de Israel e na luta armada contra os que usurparam a terra sagrada do Islão. Neste contexto, é contestada a presença de Israel na «Palestina histórica», designadamente na cidade santa de Jerusalém e, mais concretamente, em al-Aqsa (onde, segundo a tradição, Maomé ascendeu aos céus).

Saeed Seyam, o ministro do Interior, encarregado de supervisionar três serviços de segurança, afirmou que não prenderá os militantes que levarem a cabo ataques contra Israel: «Não chegará o dia em que um Palestino seja preso por causa da sua filiação política ou por resistir à ocupação.»²⁹ Seyam foi mais longe ao dizer que o Hamas tentaria coordenar as operações das várias facções militantes, uma vez que «o direito de defender o nosso povo e de fazer frente à agressão é um direito garantido e legítimo»³⁰. A 17 de Abril, a Jihad Islâmica conduziu um ataque suicida contra um restaurante de *fast-food* numa zona movimentada de Telavive, matando oito pessoas. Os líderes do Hamas consideraram o ataque uma resposta legítima à «agressão» de Israel; o Presidente da AP, Abbas, rotulou-o de «acto terrorista»³¹. Ainda em Abril, Seyam anunciou a criação de uma nova força de polícia, a funcionar sob seu controlo directo, e nomeou Jamal Samhadana como chefe. As forças de segurança criadas pela AP no tempo de Yasser Arafat (cerca de 80 mil homens) estão sob o comando de Abbas. Samhadana está implicado em actos terroristas e é procurado pelas autoridades israelitas. A decisão do ministro do Interior foi bloqueada pelo Presidente da AP³².

O HAMAS E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Os EUA declararam o Hamas uma organização terrorista em 1992, após o fracasso de conversações clandestinas destinadas a obter a participação deste na Cimeira de Madrid em 1991. No que respeita à União Europeia, esta manteve os contactos informais até 2003. A UE teve um papel particularmente activo junto do Hamas na negociação do acordo interino de cessar-fogo em 2003, durante o breve governo de Abbas. No entanto, passado um mês, o Hamas retomou a actividade subversiva, o que ditou uma resposta vigorosa da União Europeia que suspendeu os contactos com o Hamas e conferiu o estatuto de organização terrorista aos braços políticos e militares do grupo³³. A política do Ocidente em relação ao Hamas é marcada por um conjunto de contradições e inconsistências. Por um lado, apoiaram e insistiram na realização de eleições livres na Palestina (que em última análise visavam enfraquecer Yasser Arafat e quebrar o impasse que ele tinha gerado)³⁴, mas, por outro lado, rejeitam o diálogo com a organização vencedora das eleições, representante *de facto* da realidade político-social da Palestina. Já antes das eleições de Janeiro de 2006, o boicote económico dos EUA e, em menor grau, da UE aos municípios controlados pelo Hamas, era a demonstração de que Washington e Bruxelas não se conseguiam conformar com os resultados das eleições.

No entanto, apesar do corte de relações directas com o Hamas, os EUA e a Europa têm adoptado esquemas alternativos para manter os contactos com os dirigentes do Hamas. Em finais de 2004, Javier Solana, o alto-representante da UE, admitiu manter contactos com o Hamas³⁵. Em Fevereiro de 2005, mais de um ano após a designação pela UE do Hamas como entidade terrorista, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw, autorizou contactos *low profile* com os dirigentes do Hamas não «implicados na violência».

O mesmo procedimento tem vindo a ser adoptado pelos EUA, apesar do seu maior rigor em relação a entidades terroristas³⁶.

Todavia, os EUA e a Europa procuravam evitar hostilizar o Governo de Israel ao estabelecer uma ponte directa com o Hamas. As autoridades israelitas demonstraram repetidamente o seu desagrado, dizendo que estes contactos só servem para dar legitimidade aos extremistas e para minar os moderados palestinianos³⁷. Os responsáveis do Hamas reconheceram que os contactos aumentaram após a sua vitória nas eleições municipais. A própria AP também protestou veementemente, dizendo que o boicote do Hamas era «uma mentira criada para fins de relações públicas. A comunidade internacional tem lidado diariamente com o Hamas, através das organizações internacionais, como o PNUD, jornalistas, agências de *intelligence*, em conferências e em Beirute»³⁸.

APESAR DO CORTE DE RELAÇÕES DIRECTAS
COM O HAMAS, OS EUA E A EUROPA TÊM ADOPTADO
ESQUEMAS ALTERNATIVOS PARA MANTER
OS CONTACTOS COM OS DIRIGENTES DO HAMAS.

O BOICOTE ECONÓMICO AO GOVERNO DO HAMAS

Desde o estabelecimento da AP, em 1994, que a comunidade internacional assumiu uma política de contribuições financeiras a longo prazo para a constituição de um «Estado

palestiniano», construído em torno da OLP/Fatah de Arafat de forma a reforçar os «moderados» em detrimento dos islamitas, designadamente o Hamas. A ajuda ronda os 840 milhões de euros/ano (em 2005, o orçamento real da AP foi o dobro daquela soma). Todavia, as posturas adoptadas pela UE (no seu conjunto ou os estados-membros) são, até certo grau, diferentes das assumidas pelos EUA, se bem que, desde a tomada de posse do Hamas, as diferenças tenham sido progressivamente substituídas por uma postura comum.

No que se refere aos EUA, a ajuda principal é canalizada pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Devido à crescente dominação do Hamas no palco formal do poder, a agência impõe um conjunto de regras «administrativas» rigorosas que enquadram a prestação de ajuda humanitária. A USAID boicota as organizações sociais e assistencialistas filiadas no Hamas, independentemente da sua *performance* e transparência no uso dos fundos. A agência passa a pente fino a lista dos beneficiários dos seus financiamentos e impõe-lhes a assinatura de um certificado antiterrorismo que garanta que o dinheiro não será aplicado por indivíduos ou entidades que advoguem, prestem auxílio ou organizem actos de terrorismo³⁹. Estas mesmas organizações deverão dispor de uma lista onde sejam divulgados os dados relativos à filiação política dos seus dirigentes e não devem conter a denominação «mártir»⁴⁰.

No que respeita à União Europeia, o processo de concessão de assistência económica é menos restritivo, devido sobretudo à necessidade de consensos alargados dos 25 estados-membros e porque, no terreno, os diplomatas agem com maior discricionariedade. Na realidade, a UE não impunha directivas relativamente à concessão de ajudas a organizações islamitas ou mesmo a organizações afiliadas ao Hamas (apesar da inclusão deste na lista de grupos terroristas). A título de curiosidade, o British Council (braço cultural do Reino Unido) foi um dos principais mecenas na implementação de projectos na Universidade Islâmica de Gaza – um bastião do Hamas⁴¹.

Não obstante, desde a conquista de vários municípios nas eleições de 2004-2005 que os EUA e a UE deram instruções claras no sentido de diminuir os apoios financeiros às edilidades geridas pelo Hamas. A União Europeia decidiu canalizar a ajuda por outros meios, designadamente as ONG. No ano passado, a Comissão recusou comparticipar o Fundo de Desenvolvimento Municipal do Banco Mundial com o receio de que o dinheiro fosse gerido pelas câmaras do Hamas. Esta ajuda seria canalizada e supervisionada pelo Banco Mundial, que depois encarregava a AP de controlar e distribuir os fundos. De forma a cumprir as linhas assumidas pela UE, a AP nomeou governadores com a capacidade de distribuir os fundos aos municípios e criou uma Agência de Desenvolvimento Económico Palestiniano que concentra poderes retirados às autarquias⁴².

Dado o recuo generalizado dos tradicionais prestadores de ajuda, as Nações Unidas estão progressivamente a assumir o controlo nesta matéria (50 por cento da ajuda à Palestina é garantida pela ONU). Os funcionários da United Nations Relief and Works Agency (que não consideram o Hamas uma organização terrorista) entram em contacto

com os dirigentes do Hamas e financiam directamente os seus projectos municipais, devido à autonomia de decisão de que gozam⁴³.

O cenário de desastre financeiro está prestes a materializar-se: desde as eleições que colocaram o Hamas no poder que o Governo israelita se recusa a transferir para os palestinianos os cerca de 46 milhões de euros mensais em impostos cobrados em nome da AP. Parte desse dinheiro tem sido usado pelos israelitas para pagar as dívidas a empresas públicas suas que fornecem serviços aos territórios ocupados. Em Maio, os palestinianos estavam na iminência de ver cortado o fornecimento de electricidade devido ao amontoar da sua dívida à companhia estatal israelita Dor⁴⁴. Os cortes financeiros têm impedido o pagamento, desde há vários meses, dos 165 mil funcionários da AP. Em Maio, durante a cimeira do Fórum Económico Mundial, em Sharm el-Sheikh, Olmert retomou os contactos com a AP e decidiu a transferência de 8,6 milhões de euros para a liderança palestiniana, uma pequena parte das verbas devidas à AP⁴⁵.

O próprio Hamas tem procurado seguir uma política de redução da dependência financeira do Ocidente, apoiando-se mais nos regimes árabes e no Irão para a execução das políticas sociais. Os palestinianos dizem que a pressão dos EUA sobre os bancos internacionais (imposição de sanções devido ao facto de o Hamas estar classificado como grupo terrorista), tem impedido a chegada dos financiamentos dos países árabes.

A política de boicote financeiro do Ocidente está a afectar profundamente a capacidade deste de influenciar as populações⁴⁶. O Hamas tem conseguido vender bem a versão segundo a qual a culpa pelas dificuldades financeiras é do Ocidente – argumento que poderá ser usado para desculpabilizar alguma da sua eventual inércia. O presidente de câmara de Qalqilya afirmou que o boicote reforçou o poder do Hamas, que passou a ser visto como uma vítima da chantagem «sionista ocidental» e da guerra de Washington contra o Islão⁴⁷.

Ao procurar asfixiar financeiramente o governo do Hamas, o Ocidente reforça, ainda mais, a dependência financeira palestiniana em relação às organizações radicais islâmicas e em relação ao Hamas, o maior empregador nos territórios ocupados, principalmente desde que assumiu a gestão dos municípios⁴⁸. Também não é do interesse do Ocidente empurrar o Hamas para os braços do Irão ou da Síria. Bloquear a transferências das verbas e criar dificuldades ao Governo palestiniano poderia fazer parte de um plano para provocar o fracasso do governo do Hamas e a sua queda por asfixia financeira, de modo a forçar o Presidente da AP a convocar novas eleições. Tratar-se-ia, em todo o caso, de um jogo arriscado, uma vez que ao criar uma tragédia humanitária nos territórios ocupados estaria a fazer o jogo do Hamas, que poderia sempre atribuir a culpa à comunidade internacional.

AO PROCURAR ASFIXIAR FINANCEIRAMENTE
O GOVERNO DO HAMAS, O OCIDENTE REFORÇA,
AINDA MAIS, A DEPENDÊNCIA FINANCEIRA
PALESTINIANA EM RELAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES
RADICAIS ISLÂMICAS.

A comunidade internacional encontra-se numa situação difícil porque não sabe como sair do braço-de-ferro com o Hamas. A UE insiste em sublinhar que «suspendeu os pagamentos ao governo palestino, mas não suspendeu a ajuda ao povo palestino»⁴⁹. Efectivamente, em Fevereiro deste ano, a Comissão atribuiu um pacote de emergência de 120 milhões de euros (quase metade do orçamento anual destinado aos palestinos) para gastos relacionados essencialmente com a energia, saúde e educação. Um relatório elaborado pelo chefe da política externa da UE, a comissária das Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner, mostra como irá ser difícil separar o auxílio aos palestinos da cooperação com a AP: cerca de metade daquela soma passa por autoridades nacionais e locais, enquanto grande parte do restante também requer participação do Governo. A canalização da ajuda humanitária da UE e de outras instituições internacionais requer a coordenação com a AP⁵⁰.

O agravar da crise levou as potências internacionais a discutir propostas para continuar a financiar os palestinos, contornando o Hamas⁵¹. Em Junho, a UE aprovou esse mecanismo, que terá ainda de ser aceite pelos restantes membros do Quarteto, e que permitirá canalizar até 100 milhões de euros a partir do início de Julho. A Comissão Europeia foi encarregue pelo Quarteto de preparar as modalidades deste apoio. A ajuda será dividida em três partes: as duas primeiras destinam-se a financiar serviços básicos, como a saúde e a energia, e estão já praticamente acordados pelos restantes doadores. Quanto à terceira vertente, que se destina a constituir uma rede de segurança social para pagar os salários dos funcionários palestinos, carece ainda da aprovação dos EUA⁵². Entretanto, o novo primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, mostrou-se determinado a avançar com o plano de retiradas unilaterais de forma a criar um Estado hebraico homogéneo do ponto de vista populacional («um Estado judeu com uma maioria judaica»). O problema essencial no seu plano reside no facto de as fronteiras de Israel não coincidirem com as fronteiras do Estado pré-1967. Olmert pretende que os maiores blocos de colonatos da Margem Ocidental fiquem sob soberania israelita. Afirmou que quer continuar a controlar os blocos de colonatos de Ariel, Gush Etzion e Ma'aleh Adumin e a cidade de Jerusalém, assim como o Vale do Jordão – aspecto que não estava previsto no programa do seu partido, o Kadima, e que vai gerar controvérsia uma vez que colide com as pretensões dos palestinos. Olmert admite que muitos colonos vão ter de abandonar os territórios onde se concentra a maior parte da população palestina que vive na Margem Ocidental.

Em inícios de Junho, o Presidente da AP fez um ultimato ao governo do Hamas: a convocação de um referendo sobre o Estado palestino a criar se o Hamas não aceitasse um plano negociado entre o Governo e a Presidência. A aceitação do plano por parte do Hamas significaria, na prática, o reconhecimento da existência de Israel. O Hamas opôs-se ao referendo, mas propôs-se negociar com Abbas alguns dos pontos do plano. Um referendo poderia ser um voto de censura para o movimento, uma vez que as sondagens mostravam que a população apoiava o plano de Abbas. A vitória no referendo serviria para

reforçar a posição de Abbas, aumentando a sua legitimidade e dando-lhe «luz verde» para prosseguir as negociações com Israel. Abbas afirmou que convocaria eleições legislativas e presidenciais se o Hamas não aceitasse o resultado (favorável) do referendo.

«CHUVA DE VERÃO»

Entretanto, o cenário israelo-palestiniano sofreu uma mudança radical: a 25 de Junho, combatentes palestinos raptaram o cabo israelita, Gilad Shalit, de 19 anos. O rapto foi reivindicado pelo braço militar do Hamas, os Comitês de Resistência Popular e o desconhecido Exército do Islão. Na sequência desse acontecimento, Israel cercou e fechou o território, lançando uma operação militar com ataques aéreos diários a alvos como centrais eléctricas e aos gabinetes de elementos do governo do Hamas, incluindo o do próprio primeiro-ministro, Ismail Haniyeh. Israel também deteve membros do Hamas na Cisjordânia, inclusive membros do Parlamento. A campanha militar, que já fez 159 vítimas palestinianas, tem dois objectivos declarados: a pressão sobre os palestinianos e o Hamas para a libertação do refém; impedir os disparos de *rockets* artesanais *Qassam* que caem regularmente sobre as cidades vizinhas em território israelita.

Haniyeh terá sido apanhado de surpresa pelo rapto e não controla os combatentes que têm Shalit como refém. Possivelmente o rapto é o resultado de uma luta pelo poder entre a direcção do interior, mais realista, e a do exterior, mais radical, representada por Khaled Meshaal, que vive em Damasco. O rapto poderia ter sido uma sabotagem do acordo Fatah – Hamas quanto ao referendo. O Governo palestiniano, já em dificuldades por falta de financiamento, ficou paralisado: as acções militares israelitas vieram demonstrar o perigo em que poderiam incorrer os membros do Governo. Olmert recusou o ultimato dos raptadores que exigiam a libertação de mil prisioneiros palestinianos para devolver o refém.

Pouco tempo depois, Israel abriu uma nova frente de guerra com o Líbano na sequência, a 12 de Julho, do raide do Hezbollah na fronteira libanesa que causou a morte a oito soldados israelitas e a captura de dois. O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, veio a público afirmar que os soldados tinham sido capturados para pressionar Israel a libertar os milhares de detidos palestinianos.

No dia seguinte a esta acção, Israel desencadeou uma ofensiva contra o aeroporto de Beirute, estradas, pontes, bases aéreas e sedes do Hezbollah e impôs um bloqueio aéreo, marítimo e terrestre ao «país dos cedros». Os raids têm quatro objectivos: destruir os locais de lançamento dos *rockets* no Sul do Líbano; destruir os *stocks* e rampas de lançamento de mísseis de origem iraniana capazes de atingir o território israelita em profundidade até 200 quilómetros; desorganizar a logística e impedir o funcionamento da milícia islamista; decapitar o movimento, em especial eliminando o seu líder, Hassan Nasrallah.

O Hezbollah ripostou com o lançamento de centenas de *rockets* sobre as cidades do Norte de Israel, em especial Haifa, a terceira cidade israelita. As autoridades israelitas avisaram

que a operação seria de longa duração e que impediria o Hezbollah de regressar à fronteira israelita. O rapto dos soldados israelitas colocou o Hamas a reboque do Hezbollah, que passou a marcar a agenda do conflito, traduzindo a vontade de alargar a ofensiva anti-sionista, com o apoio implícito ou explícito do Irão e da Síria, os dois protectores do Hezbollah. Através do rapto, Nasrallah desencadeou a subida da parada, visando aparentemente atrair Israel para uma armadilha no Líbano.

Apesar das semelhanças ideológicas entre o Hamas e o Hezbollah, os interesses de ambos os movimentos podem não coincidir o mais provável é que venham a colidir. Um exemplo é o facto de o Hamas, apesar dos seus laços estreitos com o Irão e o Hezbollah, não aceitar a autoridade destes ou subordinar-se a interesses estrangeiros. Apesar de muitos palestinianos se congratularem com o rapto dos soldados israelitas, certamente não ignoram que Nasrallah acelerou o timing da sua acção de forma a mostrar aos palestinia-

nos «como se fazem as coisas». Ao assumir as «dores» dos palestinianos e ao apresentar-se como o homem com quem os israelitas devem negociar, o líder do Hezbollah poderia até minimizar os ganhos do Hamas num acordo de troca de prisioneiros com Israel. Em rigor, a parceria com o Hezbollah poderia pôr em causa as esperanças do Hamas de ser reconhecido como actor político legítimo após a cessação das hostilidades no Líbano. A conjugação destes cálculos, mais o assalto israelita contra o Governo palestiniano, terão consequências difíceis de prever. Não é claro o que pode acontecer se Israel acabar por derrubar o Governo palestiniano. A alternativa à AP é o caos ou o regresso à ocupação total israelita. É difícil pensar que alguém em Israel possa ter interesse nisso. ^{RI}

APESAR DAS SEMELHANÇAS IDEOLÓGICAS
ENTRE O HAMAS E O HEZBOLLAH, OS INTERESSES
DE AMBOS OS MOVIMENTOS PODEM NÃO COINCIDIR;
O MAIS PROVÁVEL É QUE VENHAM A COLIDIR.

3 DE AGOSTO DE 2006

NOTAS

- 1 Ou Abu Mazen.
- 2 Até essa altura, as milícias da Fatah, isto é, a Fatah Tanzim, a Força-17 e os vários serviços palestinos de segurança, eram vistas como forças moderadas que apoiavam o plano de criação de dois estados: «Martyrs of al-Aqsa», no site do The Institute for Counter-Terrorism at the Interdisciplinary Center Herzlya [em http://www.ict.org.il/zorganizations/mideast_org_frame.htm].
- 3 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration». In *Middle East Report*, n.º 49, 18 de Janeiro de 2006, p. 8.
- 4 Previstas para 26 municípios da Margem Ocidental e 11 da Faixa de Gaza, foram adiadas para 11 de Janeiro de 2005 devido à deterioração da situação de segurança na Faixa de Gaza em Dezembro de 2004.
- 5 Sobre esta reviravolta, ver USHER, Graham – «The New Hamas». In *Middle East International*, n.º 753, 24 de Junho de 2005, p. 26.
- 6 *Ibidem*, pp. 27-28.
- 7 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», pp. 2-3.
- 8 HELLER, Mark A. – «Victory in the Palestinian Elections: What Does It Mean?». In *Tel Aviv Notes*, n.º 159, 27 de Janeiro de 2000, p. 1.
- 9 *Ibidem*, p. 1.
- 10 COELHO, Alexandra Lucas, «Nasser Juma, jovem rei das brigadas que não dormem». In *Público*, 24 de Junho de 2006, p. 18.
- 11 *Ibidem*, p. 2.
- 12 «Abbas Warns Hamas He Can Remove Government». In *ABC News International*, 24 de Abril de 2006 [em <http://abcnews.go.com/International/wireStory?id=1882416&CMP=OTC-RSSFeeds0312>].
- 13 *Ibidem*.
- 14 *Ibidem*.
- 15 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», pp. 10-11.
- 16 *Ibidem*, p. 14.
- 17 *Ibidem*, p. 13.
- 18 *Ibidem*, p. 14.
- 19 Ver Carta do Hamas em <http://www.mideastweb.org>.
- 20 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», p. 13.
- 21 *Ibidem*, p. 16.
- 22 O Hamas não deixou de atacar alvos israelitas – nomeadamente o lançamento de mísseis a partir da Faixa de Gaza contra zonas limítrofes em Israel e ataques na Margem Ocidental; *ibidem*, p. 6.
- 23 *Ibidem*, p. 19.
- 24 *Ibidem*, p. 20.
- 25 USHER, Graham – «The New Hamas», p. 26.
- 26 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», pp. 5-6.
- 27 GUIMARÃES, Maria João – «Governo do Hamas aprovado pelo parlamento, mantém a luta armada». In *Público*, 29 de Março de 2006, p. 13.
- 28 Ver declarações de al-Zahar na Wikipédia em «Mahmoud al-Zahar», em http://en.wikipedia.org/wiki/Mahmoud_al-Zahar.
- 29 «Hamas Won't Arrest Attack Militants», 24 de Março de 2006 [em <http://www.theaustralian.news.com.au/story/0,20867,18586029-23109,00.html>].
- 30 *Ibidem*.
- 31 «Palestinians: Tel Aviv Bombing Legitimate», 17 de Abril de 2006 [em <http://www.cbsnews.com/stories/2006/04/17/ap/world/mainD8H1R6AG5.shtml>].
- 32 HAREL, Harel e REGULAR, Amon, «Fatah, Hamas Supporters Exchange Gunfire in Gaza», *Haaretz*, 22 de Abril de 2006 [em <http://www.haaretz.com/hasen/pages/ShArt.jhtml?itemNo=707592&contrassID=1&subContrassID=0&sbSubContrassID=0>].
- 33 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», p. 22.
- 34 Ver as declarações do Quarteto sobre a necessidade de realizar o processo eleitoral, como a secretária de Estado, Condoleezza Rice: «Esperamos que as eleições possam realizar-se e que todos cooperem para contribuir para que elas tenham lugar, porque as eleições são fundamentais para a continuação da evolução e desenvolvimento do processo palestino. Vai ser um processo palestino e nós pensamos que devemos dar aos palestinos espaço para a evolução do seu processo político»: Quartet's Press Conference, New York, September 20, 2005 [em <http://www.palestine-pmc.com/details.asp?cat=6&id=124>].
- 35 «EU Denies Secret Talks with Hamas», *BBC News Online*, 25 de Novembro de 2004 [em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle-east/4040571.stm>].
- 36 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», p. 28.
- 37 «Israel Protests European Union Contacts with Hamas», *USA Today [online]*, 16 de Junho de 2005 [em http://www.usatoday.com/news/world/2005-06-16-mideast_x.htm].
- 38 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», p. 29.
- 39 *Ibidem*, p. 23.
- 40 *Ibidem*.
- 41 *Ibidem*, p. 24.
- 42 *Ibidem*, p. 27.
- 43 *Ibidem*.
- 44 «Israelis Stop Fuel Supply to Palestinians», *Yahoo.news*, 10 de Maio de 2006 [em http://news.yahoo.com/s/ap/20060510/ap_on_re_mi_ea/israel_palestinians_fuel].
- 45 HEITOR, Jorge – «Israel vai transferir 8,6 milhões de euros para os palestinos». In *Público*, 22 de Maio de 2006, p. 16.
- 46 International Crisis Group – «Enter Hamas: The Challenges of Political Integration», p. 32.
- 47 *Ibidem*.
- 48 O boicote aos programas de assistência palestina põe em risco os interesses do próprio Ocidente, que perde assim um potencial aliado, favorece as organizações hostis aos interesses do Ocidente (Irão, Líbano) e expõe a Europa, especialmente, a novos e revigorados atentados terroristas.
- 49 WALDNER, Benita Ferrero – «Suspension of Aid to the Palestinian Authority Government», European Parliament Plenary, Bruxelas, 26 de Abril de 2006, p. 2.
- 50 «UE depara-se com escolhas difíceis para isolar grupo islamista». In *Público*, 12 de Março de 2006, p. 21.
- 51 «Middle East Power Brokers Hammer Out Hamas Strategy», *Yahoo.news*, 10 de Maio de 2006 [em http://news.yahoo.com/s/nm/20060509/wl_nm_fmideast_quartet1_dc].
- 52 IAC – «Ajuda aos palestinos vai contornar Hamas». In *Público*, 17 de Junho de 2006, p. 22.